



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



RAFAEL DE LIMA FREITAS

**A ATUAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO DA PMGO NA
PREVENÇÃO DE CRIMES EM ÁREAS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL:
Um estudo comparativo em bairros de Anápolis-Go.**

GOIÂNIA-GO

2025

RAFAEL DE LIMA FREITAS

**A ATUAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO DA PMGO NA
PREVENÇÃO DE CRIMES EM ÁREAS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL:
Um estudo comparativo em bairros de Anápolis-Go.**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. 3º Sgt. Cleber Carvalho Rodrigues.

GOIÂNIA-GO

2025

A ATUAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO DA PMGO NA PREVENÇÃO DE CRIMES EM ÁREAS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL: Um estudo comparativo em bairros de Anápolis-Go.

THE PERFORMANCE OF PMGO'S OSTENSIVE POLICE IN CRIME PREVENTION IN AREAS OF HIGH SOCIAL VULNERABILITY: a comparative study in neighborhoods of Anápolis-Go.

Rafael de Lima Freitas¹
Cleber Carvalho Rodrigues²

Resumo

A criminalidade em áreas de alta vulnerabilidade social em Anápolis-GO está relacionada a fatores como desigualdade socioeconômica, limitações no acesso a serviços essenciais e ausência de iniciativas que promovam inclusão e desenvolvimento. Diante desse contexto, justificou-se a necessidade de analisar o papel do policiamento ostensivo da Polícia Militar de Goiás (PMGO) na prevenção de crimes e na proteção da população. O objetivo foi identificar as estratégias aplicadas pela corporação, avaliar sua eficácia e compreender os fatores que influenciam os diferentes resultados em áreas com perfis socioeconômicos semelhantes. A pesquisa envolveu revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários a policiais militares, permitindo acessar percepções diretas dos profissionais que atuam nessas regiões. Os resultados indicaram que, embora a maioria dos agentes reconheça avanços no controle preventivo da violência, persistem dificuldades como a falta de efetivo, a presença de organizações criminosas e a desconfiança comunitária. Conclui-se que o policiamento ostensivo é essencial, mas sua efetividade depende da articulação com políticas sociais, da valorização profissional e da aproximação comunitária, configurando um modelo de segurança pública mais participativa.

Palavras-chave: Segurança Pública; Vulnerabilidade Social; Polícia Militar; Policiamento Ostensivo.

Abstract

Crime in highly vulnerable areas of Anápolis, Goiás, is linked to factors such as socioeconomic inequality, limited access to essential services, and a lack of initiatives that promote inclusion and development. Given this context, the need to analyze the role of the Goiás Military Police (PMGO)'s overt policing in crime prevention and population protection was justified. The objective was to identify the strategies implemented by the force, evaluate their effectiveness, and understand the factors that influence the different results in areas with similar socioeconomic profiles. The research involved a literature review, document analysis, and questionnaires administered to military police officers, allowing for direct insights from professionals working in these regions. The results indicated that, although most officers acknowledge progress in preventing violence, challenges such as understaffing, the presence of criminal organizations, and community distrust persist. It is concluded that overt policing is essential, but its effectiveness depends on coordination with social policies, professional development, and community engagement, creating a more participatory public security model.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: raa.lima@gmail.com. Telefone: (62)99195-8238.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Pós Docência e Especialista em Direito Trabalhista. Email: cleber_carvalho09@hotmail.com. Telefone: (62)98435-6250.

Keywords: Public Safety; Social Vulnerability; Military Police; Overt Policing.

1 INTRODUÇÃO

Localizada na região central do estado de Goiás, Anápolis destaca-se como um dos principais polos industriais e logísticos do Centro-Oeste brasileiro. Apesar de sua importância econômica e do crescimento populacional, a cidade enfrenta desafios estruturais que impactam diretamente a segurança pública, sobretudo em áreas com acentuada vulnerabilidade social. Em bairros periféricos, marcados por carência de serviços públicos, precariedade habitacional e exclusão socioeconômica, observa-se a incidência elevada de crimes, associada à ausência efetiva do Estado e ao fortalecimento de dinâmicas criminosas locais.

A Constituição Federal de 1988, no art. 144, § 5º, estabelece que a segurança pública é dever do Estado e direito de todos, cabendo à Polícia Militar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. A atuação dessa força de segurança é particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade, onde os efeitos da desigualdade se manifestam com maior intensidade. Nessas áreas, a simples presença policial não é suficiente: torna-se necessário um policiamento fundamentado no conhecimento do território, no uso de estratégias baseadas em inteligência e na adaptação operacional às dinâmicas locais.

Em municípios de médio porte como Anápolis, é comum que determinados bairros concentrem grande parte das ocorrências criminais. Essa realidade exige que a atuação da Polícia Militar se pautem em critérios técnicos, que levem em consideração tanto os indicadores sociais quanto a eficiência das ações adotadas. O policiamento ostensivo, nesse contexto, desempenha função essencial ao buscar inibir a prática de crimes e aumentar a percepção de segurança por meio de ações visíveis e articuladas com a realidade comunitária.

Considerando esse cenário, observa-se a necessidade de aprofundar o entendimento sobre como o policiamento ostensivo pode ser melhor utilizado como instrumento de prevenção e contenção da violência urbana em territórios de risco. Nesse sentido, compreender os elementos que tornam essa atuação mais eficiente, especialmente em bairros com contextos semelhantes, mas resultados distintos, é fundamental para aprimorar o desempenho policial, otimizar recursos públicos e reforçar o compromisso com a legalidade, a eficácia e os direitos fundamentais.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, cuja proposta é analisar como a Polícia Militar de Goiás tem atuado com o policiamento ostensivo na prevenção de crimes em bairros de alta vulnerabilidade social em Anápolis. Parte-se do reconhecimento de que a

eficácia dessa modalidade de policiamento está diretamente relacionada a fatores operacionais, estratégicos e territoriais, que variam conforme a localidade e o modo como a tropa é empregada.

Assim, o estudo busca identificar os bairros mais afetados pela violência e vulnerabilidade, mapear e descrever as estratégias utilizadas pela PMGO nessas regiões e, por fim, comparar os resultados operacionais entre bairros com perfis socioeconômicos semelhantes, mas níveis distintos de criminalidade. A investigação pretende responder à seguinte problemática: como o policiamento ostensivo da Polícia Militar de Goiás tem contribuído para a prevenção de crimes em áreas de alta vulnerabilidade social na cidade de Anápolis, e quais fatores operacionais e estratégicos explicam as diferenças de eficácia entre bairros com contextos socioeconômicos semelhantes?

Ao abordar essas questões, a pesquisa visa fornecer subsídios técnicos que possam fortalecer a atuação policial em contextos urbanos marcados pela desigualdade e pela violência, contribuindo para políticas públicas mais eficientes e fundamentadas em evidências, e reafirmando o papel constitucional da Polícia Militar como garantidora da ordem pública em todos os territórios.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 POLÍCIAMENTO OSTENSIVO NA PREVENÇÃO DE CRIMES

A segurança pública, nos termos do artigo 144 da Constituição Federal de 1988, é um dever do Estado, um direito e uma responsabilidade de todos. Para sua efetivação, o texto constitucional define que ela será exercida por diversos órgãos, dentre os quais se destaca a Polícia Militar, responsável pela execução da polícia ostensiva e pela preservação da ordem pública. No estado de Goiás, essa atribuição é exercida pela Polícia Militar de Goiás (PMGO), instituição que atua na linha de frente da proteção social, buscando prevenir crimes, garantir a tranquilidade pública e assegurar a integridade de pessoas e bens.

O policiamento ostensivo é compreendido como a presença visível e uniformizada do agente de segurança pública no espaço social. Segundo Manoel (2004), essa forma de atuação envolve a utilização de recursos como viaturas, armamentos, equipamentos de comunicação e vestimentas padronizadas que permitem a imediata identificação do policial. Essa visibilidade tem por objetivo gerar na população uma percepção de segurança, ao mesmo tempo em que busca inibir condutas criminosas mediante a dissuasão direta. Ou seja, a presença ostensiva da

polícia atua como fator preventivo, reduzindo a oportunidade para o cometimento de infrações penais.

Nesse contexto Manoel (2004) ainda destaca que a atividade ostensiva se organiza a partir de características específicas que definem seu campo de aplicação e legitimam sua intervenção. Dentre essas características, destacam-se: a identificação, pela qual o policial se apresenta visivelmente à sociedade; a ação pública, voltada ao interesse coletivo; a totalidade, referente à abrangência de sua atuação; a dinamicidade, representada pela capacidade de adaptação às condições locais; a legalidade, que garante o respeito aos limites constitucionais; e a ação de presença, cujo foco é promover a sensação de segurança. Esses elementos estruturam o policiamento como instrumento legítimo de prevenção criminal e aproximação social.

Dessa forma, Fonseca (1992) complementa esse entendimento ao argumentar que a ostensividade não é apenas uma questão de aparência, mas uma estratégia de ocupação consciente do espaço público. O autor destaca que a atuação ostensiva é planejada para responder a eventos previsíveis ou de grande aglomeração, como festas populares, jogos esportivos ou manifestações, em que a presença visível da polícia serve tanto para ordenar o fluxo social quanto para coibir condutas ilícitas. A ostensividade, nesse caso, é parte fundamental da estratégia preventiva adotada pela segurança pública.

No cenário contemporâneo, a prevenção de crimes tem sido discutida de forma mais abrangente, incorporando diferentes abordagens e estratégias que vão além da simples presença policial. Segundo Zaffaroni, Pierangeli e Slokar (2019), prevenir o crime não significa apenas impedir que ele aconteça, mas também atuar sobre suas causas estruturais, como desigualdade social, ausência de políticas públicas e fragilidade das instituições. Nessa perspectiva, o policiamento ostensivo é visto como um dos instrumentos da prevenção primária, cujo foco é evitar o surgimento de situações propícias à prática criminosa por meio da presença ativa do Estado.

A atuação da PMGO, nesse sentido, deve se alinhar às diretrizes da segurança cidadã, em que o uso da força é proporcional, o respeito aos direitos humanos é garantido e a confiança da população é cultivada. Para Beato (2020), a presença policial deve ser planejada com base em informações confiáveis, mapeamento de áreas de risco e análise de dados, de forma a otimizar recursos e melhorar os resultados. O autor observa que a eficácia do policiamento ostensivo não está apenas na quantidade de efetivos, mas na inteligência empregada na sua disposição e nas relações estabelecidas com a comunidade.

Essa lógica é reforçada por Lima e Ratton (2021), que defendem um modelo de policiamento orientado por dados e sensíveis ao contexto social. Para os autores, o policiamento ostensivo deve priorizar o vínculo com os cidadãos e atuar de forma proativa na mediação de conflitos, na prevenção de delitos e na construção de espaços urbanos mais seguros. Nesse modelo, o policial não atua apenas como agente repressivo, mas também como mediador social e articulador de políticas integradas de segurança pública.

A prevenção eficaz do crime também envolve o reconhecimento da vulnerabilidade de determinados territórios e populações. Áreas com maior concentração de desigualdades, baixos indicadores sociais e alta densidade populacional tendem a demandar maior atenção do Estado. Nesse contexto, o policiamento ostensivo deve se articular a outras políticas públicas, como educação, saúde e assistência social, criando um sistema integrado de proteção e prevenção. Segundo Beato (2020) é justamente essa atuação integrada que transforma a ação policial em uma política preventiva e estruturada, com resultados mais duradouros.

É importante destacar que o policiamento ostensivo, quando estruturado com base em planejamento, capacitação e análise de dados, pode superar a lógica meramente reativa e contribuir para a construção de um ambiente urbano mais equilibrado. Beato (2020) argumenta que a presença estratégica da polícia nas ruas, aliada à boa gestão de recursos e ao uso de tecnologias, tem potencial para reduzir a criminalidade e fortalecer o vínculo entre o Estado e a sociedade. Nessa perspectiva, o policiamento deixa de ser apenas uma resposta imediata ao crime e passa a integrar uma política pública de prevenção contínua.

No caso da Polícia Militar de Goiás, observa-se a adoção de práticas voltadas à aproximação com a comunidade, como o policiamento comunitário, o uso de tecnologias de monitoramento e a integração com a inteligência policial. Essas ações, segundo Lima e Ratton (2021), são fundamentais para tornar o policiamento mais eficaz, pois consideram a realidade local e promovem a atuação qualificada. Os autores defendem que a qualidade da presença policial e não apenas sua quantidade é determinante para gerar confiança, prevenir conflitos e reduzir a sensação de insegurança.

Diante disso, observa-se que o policiamento ostensivo não se limita a uma prática tradicional de ronda ou patrulhamento, mas se configura como uma política pública estratégica, cuja efetividade depende da forma como se articula com a comunidade, com outras instituições e com as políticas sociais. Como ressaltam Lima e Ratton (2021), a construção de um modelo de segurança pública eficaz passa pela valorização de ações preventivas, pela atuação orientada por dados e pelo compromisso com os direitos fundamentais. Assim, o policiamento ostensivo

ganha relevância não apenas pela sua função visível, mas pelo papel que desempenha na consolidação da segurança cidadã.

2.2 ÁREAS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL E POLÍCIA MILITAR

As áreas de alta vulnerabilidade social são marcadas por diversas privações que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Entre os principais fatores, destacam-se a baixa renda, a educação insuficiente, a precariedade da infraestrutura urbana e a carência de políticas públicas eficazes. Esses territórios, em sua maioria localizados nas periferias das grandes cidades, enfrentam altos índices de violência e desigualdade, o que compromete o exercício pleno da cidadania e o acesso a direitos básicos garantidos constitucionalmente.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), a vulnerabilidade social é um fenômeno multidimensional, que abrange condições econômicas, habitacionais, educacionais e de acesso à saúde. Essa situação é agravada pela ausência do Estado e pela atuação fragmentada de suas instituições, o que contribui para o crescimento da criminalidade e o fortalecimento de organizações criminosas em determinados territórios. Além disso, como destacam Russo e Lopes (2022), o processo de urbanização desigual e a exclusão social contribuem para a concentração da violência em áreas periféricas, exigindo novas abordagens do policiamento ostensivo.

Esses espaços exigem políticas públicas integradas e estratégias de segurança que considerem suas especificidades. A presença da polícia, quando pautada no respeito aos direitos humanos, pode atuar de forma preventiva e contribuir para a redução da criminalidade. Lima (2024) ressalta que uma segurança pública eficaz deve ser pautada em ações planejadas, eficientes e voltadas para resultados sociais, especialmente em territórios marcados pela exclusão.

Nesse cenário, o Policiamento Comunitário (PCOM), o Policiamento Territorializado (PT) e o Policiamento Orientado para o Problema (POP) surgem como alternativas eficazes para enfrentar a complexidade das áreas de alta vulnerabilidade social. Esses modelos propõem uma atuação mais próxima da comunidade, com foco na prevenção, no diálogo e na articulação interinstitucional. O PCOM, conforme descrito nas Diretrizes Nacionais para a Política de Polícia Comunitária (MJSP, 2014), visa estabelecer uma relação de parceria entre a polícia e a comunidade, promovendo corresponsabilidade e escuta ativa. Essa abordagem busca substituir a lógica de confronto por uma de cooperação e construção de confiança mútua. De acordo com Maciel, Costa e Vilarinho (2019), as visitas comunitárias realizadas por policiais demonstram

que a imagem institucional da corporação tende a melhorar quando há diálogo, empatia e proximidade com os moradores, reforçando o papel preventivo da polícia.

Já o PT foca na ocupação qualificada e contínua de territórios com alta incidência criminal, com base em dados georreferenciados e diagnósticos sociais. Essa forma de policiamento é defendida por Cano e Duarte (2012) como uma forma de “presença territorial estratégica”, capaz de estabilizar áreas conflagradas sem recorrer ao uso excessivo da força. No que tange o POP, por sua vez, foi desenvolvido por Goldstein (1979; 1990) e tem como princípio a identificação e análise de problemas que geram demandas repetitivas de policiamento. Em vez de reagir isoladamente a ocorrências, o modelo propõe enfrentar as causas estruturais da violência por meio de planejamento, diagnóstico e integração com outras políticas públicas.

Conforme observa Sousa (2013), há uma lacuna entre as diretrizes normativas das instituições policiais e a realidade da atuação cotidiana em áreas de risco, o que compromete a eficácia das estratégias preventivas. A autora destaca que o êxito do policiamento ostensivo nesses contextos depende do conhecimento aprofundado das dinâmicas territoriais e da superação da desconfiança mútua entre a corporação e os moradores. Além das estratégias de policiamento já mencionadas, é fundamental considerar o papel da formação policial na transformação da atuação em territórios vulneráveis. A construção de uma polícia cidadã exige que os profissionais da segurança pública sejam capacitados não apenas no uso técnico-operacional da força, mas também em competências socioemocionais, mediação de conflitos, diversidade cultural e direitos humanos.

Nesse sentido, Lima (2024) destaca que a eficácia das políticas de segurança passa, necessariamente, pela valorização e qualificação dos agentes, que devem estar preparados para lidar com as múltiplas dimensões da exclusão social. Essa perspectiva reforça a importância de repensar os currículos das academias policiais, de modo a promover uma formação crítica, reflexiva e comprometida com os princípios democráticos, especialmente nas ações voltadas à prevenção da violência em comunidades historicamente marginalizadas.

Apesar dessas inovações, muitas comunidades ainda veem a presença policial com desconfiança. Embora desejem proteção, moradores de áreas vulneráveis frequentemente associam a atuação das forças de segurança a abordagens violentas e discriminatórias. Misse e Silva (2022) apontam que o histórico de intervenções policiais abusivas gera distanciamento entre comunidade e corporação, o que compromete a eficácia das ações preventivas. Além disso, como evidencia Maciel et al. (2019), a percepção social sobre a polícia é profundamente

afetada pelo comportamento cotidiano dos agentes, sendo necessário investir em formação cidadã, empatia e comunicação estratégica.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, reconhece a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser promovida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Para que esse direito seja efetivado nas áreas vulneráveis, é essencial que a atuação da Polícia Militar seja pautada por uma lógica preventiva, cidadã e articulada, em consonância com os objetivos fundamentais da República (art. 3º da CF/88) e os princípios da administração pública (art. 37 da CF/88). Mais do que garantir a ordem por meio da força, cabe à corporação atuar como promotora de inclusão social e protetora de direitos, especialmente em espaços historicamente marcados pela exclusão.

3 METODOLOGIA

A análise da atuação do policiamento ostensivo em áreas de alta vulnerabilidade social requer um método que permita compreender a relação entre território, criminalidade e estratégia policial. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com foco na interpretação das práticas institucionais e das percepções dos profissionais que atuam diretamente nesses contextos.

A construção da pesquisa se dará em três etapas articuladas: levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionários semiestruturados. A primeira etapa compreende a revisão de literatura, com o objetivo de reunir fundamentos teóricos sobre policiamento ostensivo, vulnerabilidade urbana, estratégias de controle social e prevenção da criminalidade.

A segunda etapa envolverá a análise documental com base em dados estatísticos sobre criminalidade e vulnerabilidade nos bairros de Anápolis-GO. As informações serão obtidas em fontes oficiais como o Instituto Mauro Borges (IMB) e o portal G1 Goiás, os quais indicam os territórios com maior concentração de ocorrências policiais e exclusão social. A partir desses dados, serão selecionadas áreas com perfis socioeconômicos semelhantes, porém com níveis distintos de criminalidade, o que permitirá uma análise comparativa da eficácia do policiamento ostensivo.

Na terceira etapa será realizada a pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários semiestruturados on-line que serão respondidos por policiais militares. O presente questionário possui 11 perguntas fechadas e abertas e será disponibilizado por meio de

link, que será compartilhado diretamente com os participantes, garantindo maior alcance e praticidade na coleta de dados. O instrumento buscará captar suas percepções sobre o trabalho ostensivo, as dificuldades enfrentadas, os padrões operacionais adotados e as práticas que consideram mais efetivas no enfrentamento da criminalidade. Como afirma Beato Filho (2012, p. 40), “avaliar o desempenho policial exige escutar aqueles que atuam na linha de frente, pois são eles que lidam com os limites concretos da atuação do Estado”.

Os dados obtidos na pesquisa de campo serão organizados e tratados com base na técnica de análise de conteúdo, conforme os procedimentos sistematizados por Bardin (2016), o que possibilitará identificar categorias relevantes, comparar práticas institucionais e interpretar as variações de desempenho entre os bairros observados. A triangulação dos dados bibliográficos, estatísticos e empíricos reforçará a validade da análise e permitirá compreender como o policiamento ostensivo se ajusta ou falha diante das condições específicas de cada território.

Ao final, pretende-se oferecer um diagnóstico sobre a atuação da Polícia Militar de Goiás em áreas de alta vulnerabilidade social na cidade de Anápolis, destacando os fatores que contribuem para sua eficácia, as fragilidades operacionais e as oportunidades de qualificação institucional. O estudo está comprometido com a produção de conhecimento aplicado, que possa subsidiar decisões estratégicas no âmbito da segurança pública, respeitando os princípios constitucionais de legalidade, eficiência e dignidade da pessoa humana.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO E CRIMINAL DOS BAIROS

O estudo realizado em Anápolis evidenciou a diversidade de estruturas sociais e padrões territoriais presentes na cidade, os quais exercem influência significativa sobre os indicadores de segurança pública. Com uma população estimada em mais de 390.000 habitantes (IBGE, 2022), a cidade experimentou um desenvolvimento urbano rápido e desigual, resultando na formação de bolsões de pobreza, habitações informais e criminalidade em determinadas áreas.

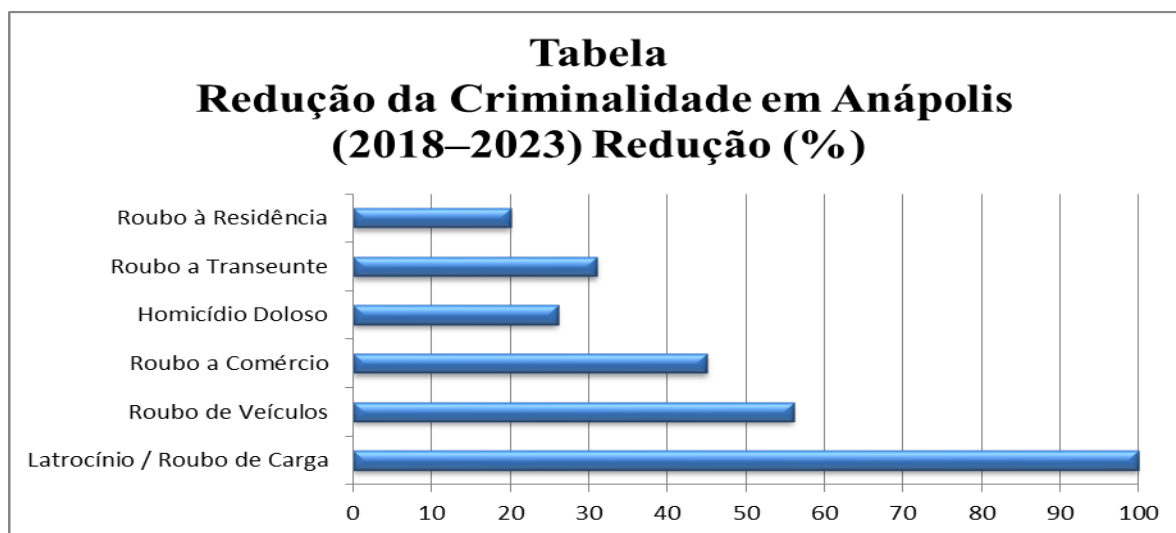
Nesse sentido, Anápolis destaca-se como o município goiano com o maior déficit habitacional, apresentando a realidade de 11.065 famílias sem moradia adequada (IMB, 2022). Essa situação abrange desde a coabitação forçada até a superlotação extrema em moradias improvisadas, refletindo a precariedade das condições habitacionais. Paradoxalmente, a baixa

cobertura dos serviços de atenção primária à saúde com uma média nacional que não ultrapassa 43,8% da população atendida, que evidencia outra forma de exclusão social vivida nos bairros periféricos do município (IMB, 2017).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, seis comunidades de Anápolis são classificadas como aglomerações subnormais conhecidas também como favelas. Essas comunidades são: Jardim Esperança, Novo Paraíso I e II, Bordon, Ocupação da Rede Ferroviária Federal e Vila João XXIII. Coletivamente, elas abrigam 7.477 indivíduos em 2.723 domicílios, representando 1,87% da população total do município (IBGE, 2022). Dentre essas, Jardim Esperança é a mais populosa, com 4.471 habitantes, e enfrenta as condições mais críticas em termos de urbanização, saneamento básico e insegurança (Viva Anápolis, 2024).

No que tange às taxas de violência, uma publicação da Prefeitura de Anápolis, com dados fornecidos pelo Observatório Municipal de Segurança Pública, indica uma diminuição substancial nos crimes violentos após a implementação da Força Técnica da Polícia Militar do Estado de Goiás em 2018. A seguir, apresentam-se as alterações verificadas de 2018 a 2023:

Gráfico 1 – Redução da Criminalidade em Anápolis (2018-2023)



Fonte: dados coletados e organizados pelo autor (2025).

Esses dados evidenciam a eficácia de políticas públicas integradas voltadas para aumentar a presença do Estado em áreas vulneráveis. As ações promovidas pelo policiamento ostensivo, juntamente com o uso extensivo do sistema de videomonitoramento (composto por mais de 200 câmeras ativas), planejamento tático territorializado e outras iniciativas inspiradas

em parcerias com a Prefeitura, alteraram a dinâmica criminal na cidade, com destaque para áreas historicamente marginalizadas (Portal6, 2023).

Informações divulgadas em relatórios do portal G1 Goiás corroboram essa abordagem integrada, evidenciando que os bairros mais violentos Jardim Esperança, Vila João XXIII, Bairro Santo Antônio, Vivian Parque e Recanto do Sol são aqueles que apresentam o maior número de ocorrências policiais e os menores índices sociais (G1, 2023). Nesses locais, observa-se uma prevalência acentuada de crimes contra o patrimônio, tráfico de drogas e violência interpessoal, situações que demandam uma resposta adequada por parte da Polícia Militar.

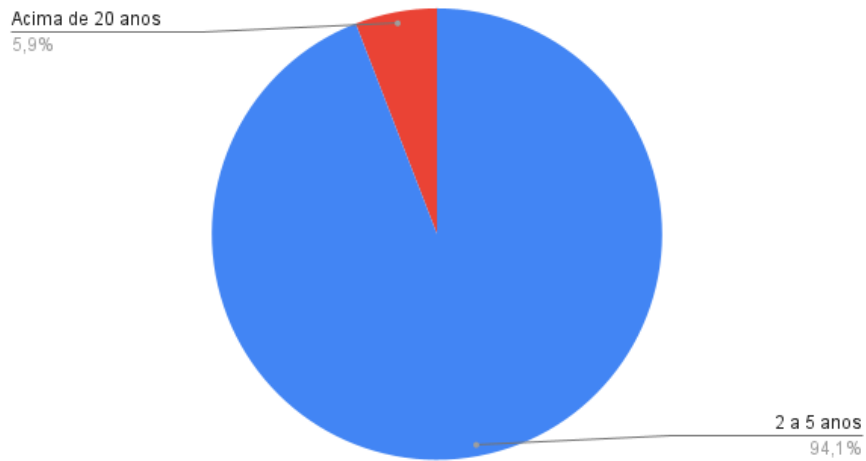
A relação entre crime e vulnerabilidade econômica é inequívoca. Os bairros que enfrentam maior déficit habitacional, acesso limitado a serviços públicos essenciais, elevada concentração de jovens em situação de risco e uma estrutura urbana precária são os mesmos que mais necessitam da presença policial. Esses fatores corroboram a hipótese de que a violência urbana em Anápolis está intimamente ligada à ausência de políticas públicas estruturantes e à ocupação irregular do solo urbano.

4.2 DIAGNÓSTICOS SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS EM ÁREAS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DE ANÁPOLIS

A partir da aplicação de um questionário a 34 policiais militares atuantes na cidade de Anápolis/GO, foi possível traçar um panorama preliminar sobre a atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) em áreas de alta vulnerabilidade social. A maioria dos respondentes é integrante da própria PMGO, o que reforça a credibilidade dos dados, uma vez que estão diretamente envolvidos nas rotinas operacionais e enfrentam cotidianamente os desafios dessas regiões. A coleta de informações diretamente com os agentes de segurança permitiu acessar percepções práticas e atualizadas sobre as condições de trabalho, estratégias empregadas e obstáculos encontrados.

Gráfico 2 – Tempo de atuação dos respondentes na Polícia Militar de Goiás

Qual seu tempo total de atuação na Polícia Militar de Goiás?

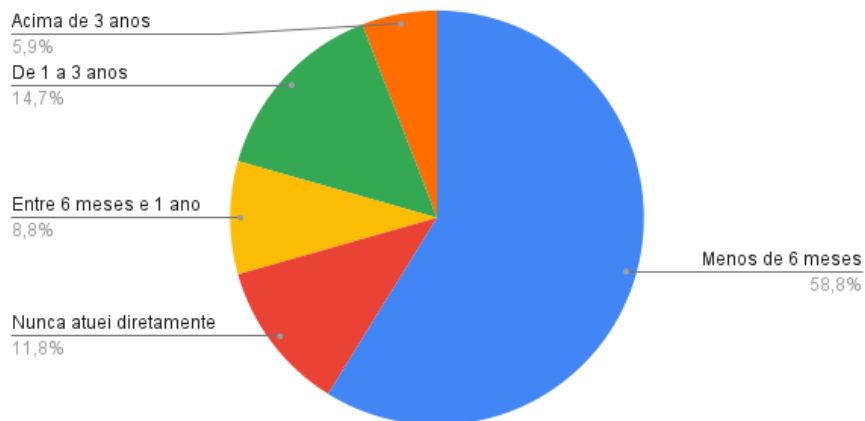


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Um dos pontos observados a partir das respostas foi o tempo de atuação dos policiais nessas áreas, sendo que a maioria indicou possuir menos de seis meses de experiência nas localidades de maior vulnerabilidade social, essa curta permanência sugere uma rotatividade significativa.

Gráfico 3 – Tempo de atuação dos respondentes em áreas consideradas de alta vulnerabilidade social

Há quanto tempo você atua (ou atuou) em áreas consideradas de alta vulnerabilidade social?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Outro aspecto relevante identificado foi a percepção dos próprios policiais sobre o grau de complexidade dessas áreas. A maioria dos respondentes considera que se tratam de regiões de alta complexidade operacional, onde os desafios vão além da criminalidade comum, envolvendo fatores como ausência de serviços públicos, desemprego, vulnerabilidade de jovens e presença de organizações criminosas. Essa percepção revela a necessidade de políticas públicas integradas e de apoio institucional mais robusto para os agentes que atuam nesses locais.

Gráfico 4 – Tipos de policiamento mais utilizados nas áreas pesquisadas

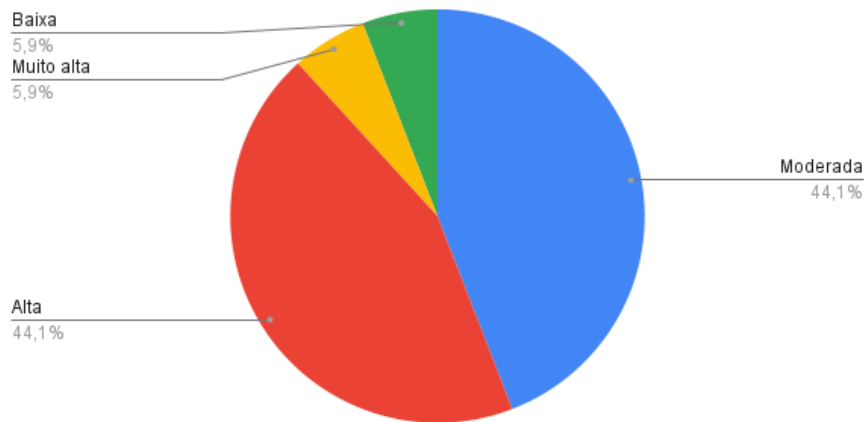


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ainda, verificou-se que o modelo de policiamento mais utilizado nas regiões analisadas ainda é o patrulhamento tradicional. Embora seja uma estratégia de presença ostensiva que visa à prevenção de delitos, sua eficácia tem sido questionada diante das demandas específicas das comunidades vulneráveis. A falta de articulação com outras políticas sociais e a ausência de estratégias baseadas em aproximação comunitária limitam os resultados a curto prazo. Diante disso, é imprescindível repensar as formas de atuação, valorizando modelos que integrem os policiais à comunidade e fortaleçam o vínculo entre segurança pública e cidadania.

Gráfico 5 – Avaliação da criminalidade em áreas vulneráveis de atuação

Como você avalia a criminalidade nas áreas vulneráveis onde atuou?



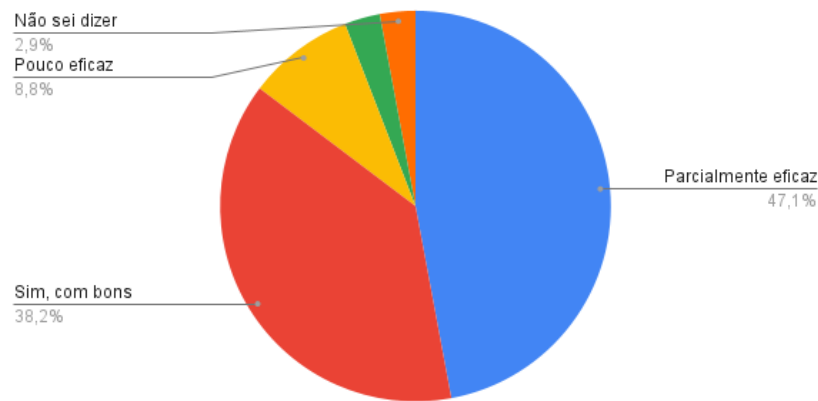
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No que diz respeito à prevenção da criminalidade em áreas de alta vulnerabilidade social, os dados coletados evidenciam uma percepção majoritariamente positiva por parte dos policiais militares quanto à eficácia do policiamento adotado. Do total de respondentes, 38,2% consideram que as estratégias têm sido eficazes, apresentando bons resultados, enquanto 47,1% afirmam que são parcialmente eficazes. Esses percentuais indicam que, mesmo diante de limitações estruturais e sociais enfrentadas nessas regiões, a atuação da PMGO tem obtido respostas relevantes no controle preventivo da violência.

Apenas uma minoria apontou baixa eficácia (8,8%) ou incerteza (2,9%), o que demonstra confiança da tropa nas ações desenvolvidas. Essa percepção positiva reflete o empenho dos profissionais e a capacidade da corporação em adaptar suas estratégias operacionais às especificidades do território, reforçando o papel fundamental da polícia ostensiva na contenção da criminalidade e na proteção das comunidades mais vulneráveis.

Gráfico 6 – Percepção dos respondentes sobre a eficiência do policiamento adotado

Em sua percepção, o policiamento adotado tem sido eficaz na prevenção dos crimes?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No que tange as respostas abertas, as dificuldades enfrentadas pela tropa refletem uma combinação de problemas estruturais, sociais e institucionais. A presença reduzida de efetivo, somada à ausência de apoio comunitário e à influência de organizações criminosas, cria um cenário complexo que demanda mais do que ações operacionais: exige investimento, tecnologia, políticas públicas eficazes e estratégias integradas. Os principais temas identificados com base nas respostas:

Quadro 1 - Dificuldades enfrentadas pela tropa

TEMA PRINCIPAL	OBSERVAÇÕES
Falta de efetivo	Termo mais citado, com variações como “baixo efetivo”.
Falta de apoio da população	Presente em múltiplos relatos
Cultura criminal e tráfico de drogas	Considerados obstáculos estruturais
Falta de infraestrutura e investimento	Recorrente nas respostas
Críticas à legislação e políticas públicas	Destaques em várias falas
Influência de facções ou grupos criminosos	Apontados como ameaça constante

Fonte: Coletado e elaborado pelo autor (2025).

As dificuldades enfrentadas pela tropa refletem uma combinação de problemas estruturais, sociais e institucionais. A presença reduzida de efetivo, somada à ausência de apoio comunitário e à influência de organizações criminosas, cria um cenário complexo que demanda mais do que ações operacionais: exige investimento, tecnologia, políticas públicas eficazes e estratégias integradas.

A partir da análise das respostas à no que tange o que poderia ser feito para melhorar a eficácia do policiamento ostensivo nessas regiões, observou-se que os participantes sugerem uma variedade de ações voltadas para o fortalecimento da estrutura policial, o investimento em inteligência e tecnologia, e o engajamento da comunidade. As propostas evidenciam a necessidade de um modelo de segurança pública mais integrada, participativo e contínuo, que vá além da repressão e se conecte com soluções sociais mais amplas.

Quadro 2 – Estratégias para aperfeiçoar a eficácia do policiamento ostensivo em áreas vulneráveis

Tema Sugerido	Observações principais
Aumento de efetivo e presença policial	Repetido em diversas formas
Uso da inteligência e tecnologia	Considerado estratégico para ações pontuais e contínuas
Policiamento comunitário	Visto como ferramenta essencial para criar vínculos sociais
Investimento em políticas públicas	Relacionado à prevenção e à inclusão social
Ações complementares e críticas pontuais	Segurança jurídica, apoio da promotoria e práticas operacionais

Fonte: Coletado e elaborado pelo autor (2025).

A presente análise tem como objetivo compreender as sugestões dos participantes sobre medidas que poderiam melhorar a eficácia do policiamento ostensivo em regiões marcadas pela criminalidade. As respostas evidenciam a necessidade de uma abordagem multidimensional, que envolva não apenas o reforço policial, mas também ações sociais, uso de tecnologia e maior integração com a comunidade.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou que o policiamento ostensivo da PMGO exerce papel central na prevenção de crimes em áreas vulneráveis de Anápolis. A análise revelou que a simples

presença policial, embora necessária, não é suficiente para transformar a realidade desses bairros, pois os fatores estruturais ligados à desigualdade social e à precariedade urbana impõem limitações significativas.

Os resultados indicaram que ações como a instalação do videomonitoramento e a atuação da Força Tática têm impacto direto na diminuição de delitos, evidenciando a importância do investimento em tecnologia e planejamento. No entanto, a alta rotatividade de efetivo e a ausência de políticas de longo prazo comprometem a continuidade dos resultados. A percepção dos policiais entrevistados reforçou a necessidade de fortalecer a proximidade com os moradores, uma vez que a confiança comunitária é elemento indispensável para a cooperação e para a efetividade das ações preventivas.

Outro ponto relevante está na constatação de que os bairros mais críticos compartilham características de exclusão socioeconômica, déficit habitacional e fragilidade institucional. Isso significa que a violência nesses territórios não pode ser enfrentada apenas pela via repressiva. É imprescindível a adoção de políticas públicas integradas, que incluam educação, saúde, assistência social e urbanização, de modo a reduzir os fatores que alimentam a criminalidade. O policiamento, nessa perspectiva, deve ser compreendido como parte de uma rede de proteção social, e não como solução isolada.

A pesquisa também destacou a importância de repensar modelos tradicionais de patrulhamento, priorizando abordagens orientadas por dados e pelo vínculo comunitário. Estratégias de policiamento comunitário e territorializado mostraram-se alternativas viáveis para aproximar polícia e sociedade, gerando confiança mútua e ampliando a eficácia da prevenção. Nesse sentido, o papel da inteligência policial torna-se decisivo, permitindo identificar padrões de criminalidade, antecipar riscos e direcionar recursos de forma mais racional.

Conclui-se, portanto, que o policiamento ostensivo em Anápolis tem obtido avanços relevantes, mas ainda enfrenta obstáculos que somente poderão ser superados mediante uma visão ampliada de segurança pública. A integração entre polícia, políticas sociais e comunidade é o caminho para reduzir a violência de forma sustentável. A PMGO, ao fortalecer práticas planejadas, tecnológicas e cidadãs, reafirma seu papel constitucional de garantidora da ordem e da dignidade, mas precisa avançar na construção de uma segurança preventiva, inclusiva e legitimada pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEATO, Cláudio Filho. **Prevenção e repressão: estratégias policiais para o enfrentamento da violência**. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). *Segurança pública e violência: desafios para a gestão e a pesquisa*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 26 de junho de 2025.

CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. **Segurança Pública e Prevenção da Violência: o caso das UPPs no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

GOLDSTEIN, Herman. Improving policing: A problem-oriented approach. **Crime & Delinquency**, v. 25, n. 2, p. 236–258, 1979. Disponível em: https://popcenter.asu.edu/sites/default/files/improving_policing_a_problem-oriented_approach_goldstein_crime_delinquency.pdf. Acessado em 26 de junho de 2025.

GOLDSTEIN, Herman. **Problem-Oriented Policing**. New York: McGraw-Hill, 1990.

G1 GOIÁS. **PM identifica bairros com maior número de ocorrências em Anápolis**. *G1*, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias>. Acessado em 26 de junho de 2025.

IMB. INSTITUTO MAURO BORGE. **Indicadores sociais e criminais de Anápolis-GO**. Goiânia: IMB, 2023. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br>. Acessado em 26 de junho de 2025.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2022: Resultados dos Aglomerados Subnormais. Brasília, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acessado em 26 de junho de 2025.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasvulnerabilidade/>. Acessado em 26 de junho de 2025.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Déficit habitacional em Goiás – CadÚnico 2023. Goiânia: IMB, 2022. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br>. Acessado em 26 de junho de 2025.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Panorama da Estratégia Saúde da Família em Goiás**. Goiânia: SEGPLAN, 2017.

LIMA, Jaime Vieira. **Segurança pública eficaz, eficiente e efetiva**. Jusbrasil, 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/seguranca-publica-eficaz-eficiente-e-efetiva/2223601024>. Acessado em 26 de junho de 2025.

MACIEL, Gabriel Custódio; COSTA, Leon Denis da; VILARINHO, Tatiane Ferreira. Policiamento ostensivo e imagem institucional: representações a partir de visitas comunitárias. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 12, ed. especial, p. 54–68, 2019. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1123>. Acessado em 26 de junho de 2025.

MANOEL, Élio de Oliveira. **Policiamento ostensivo com ênfase no processo motorizado**. 1. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2004.

MISSE, Michel; SILVA, André Zanetic. **Violência, Estado e sociedade: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

MJSP – **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Manual de Polícia Comunitária. Brasília: MJSP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/policiamento-comunitario>. Acessado em 26 de junho de 2025.

PORTAL6. **Trabalho integrado e criação da Força Tática foram chaves para redução de homicídios em Anápolis**. 2023. Disponível em: <https://portal6.com.br/2023/01/06/trabalho-integrado-e-criacao-da-forca-tatica-foram-chaves-para-reducao-de-homicidios-em-anapolis-diz-delegado/>. Acessado em 26 de junho de 2025.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS. **Anápolis tem redução histórica dos índices de criminalidade**. 2023. Disponível em: <https://www.anapolis.go.gov.br/anapolis-tem-reducao-historica-dos-indices-de-criminalidade>. Acessado em 26 de junho de 2025.

SINHORETTO, Jacqueline; SCHLITTLER, Fernanda; SILVA, Rodrigo. Policiamento ostensivo e desigualdades em São Paulo: entre o modelo de segurança e a seletividade racial. **SciELO**. v. 26, n. 68, p. 345–364, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/rHvyrFLqDM64yc6hf4bcNRH/?form=MG0AV3>. Acessado em 26 de junho de 2025.

SOUSA, Resângela Márcia Almeida. **Policiamento ostensivo em áreas de risco: entre o prescrito e o real**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9QUHP5>. Acessado em 26 de junho de 2025.

RUSSO, Ana Carolina; LOPES, Pedro Luis. Urbanização, exclusão social, violência urbana e implicações para o policiamento ostensivo paulista. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, v. 4, n. 10, p. 150–157, 2022. DOI: 10.36776/ribsp.v4i10.113. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/113>. Acessado em 26 de junho de 2025.

VIVA ANÁPOLIS. **Além do Jardim Esperança, Anápolis tem outros 5 bairros classificados como favela pelo IBGE**. 2024. Disponível em: <https://vivaanapolis.com.br/aconteceu/favelas-anapolis-censo-24624/>. Acessado em 26 de junho de 2025.

APENDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

05/09/2025, 09:26

Questionário

Questionário

Percepções sobre o Policiamento Ostensivo em Áreas de Alta Vulnerabilidade Social

* Indica uma pergunta obrigatória

1. 1. Qual seu tempo total de atuação na Polícia Militar de Goiás? *

Marcar apenas uma oval.

- 2 a 5 anos
 6 a 10 anos
 11 a 20 anos
 Acima de 20 anos

2. 2. Há quanto tempo você atua (ou atuou) em áreas consideradas de alta vulnerabilidade social? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 6 meses
 Entre 6 meses e 1 ano
 De 1 a 3 anos
 Acima de 3 anos
 Nunca atuei diretamente nessas áreas

3. 3. Como você avalia a criminalidade nas áreas vulneráveis onde atuou? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito alta
 Alta
 Moderada
 Baixa
 Muito baixa

05/09/2025, 09:26

Questionário

4. 4. Quais fatores você considera mais influentes para o aumento da criminalidade nessas áreas? (marque até 3 opções) *

Marque todas que se aplicam.

- Vulnerabilidade social
- Tráfico de drogas
- Falta de policiamento contínuo
- Ausência de políticas públicas
- Desemprego
- Influência de facções ou grupos criminosos
- Outro: _____

5. 5. Que tipo de policiamento é mais utilizado nessas áreas? *

Marcar apenas uma oval.

- Patrulhamento tradicional (rondas, abordagens)
- Policiamento comunitário
- Policiamento com base em inteligência
- Operações pontuais específicas
- Outro: _____

6. 6. Em sua percepção, o policiamento adotado tem sido eficaz na prevenção dos crimes? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, com bons resultados
- Parcialmente eficaz
- Pouco eficaz
- Ineficaz
- Não sei dizer

05/09/2025, 09:26

Questionário

7. 7. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela tropa nessas áreas? *

8. 8. A formação recebida na PMGO preparou você adequadamente para atuar em áreas de alta vulnerabilidade social? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Há defasagens significativas

9. 9. Você considera que a Polícia Militar oferece suporte institucional adequado para a atuação em áreas de alta vulnerabilidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, totalmente
- Não
- Parcialmente

10. 10. O que poderia ser feito para melhorar a eficácia do policiamento ostensivo nessas regiões? *

05/09/2025, 09:26

Questionário

11. 11. Quais bairros de Anápolis você considera como áreas de alta vulnerabilidade social e criminalidade? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários